Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n. 1

Batalha de Ideias

AfroLatinoAmérica

Brasil

2011

Introdução

Afro-latino-América *é o título do 1º. Caderno de Formação Política editado pelo Círculo Palmarino. Em um momento em que a América Latina vive experiências de governos democráticos e populares na Venezuela, Bolívia e Equador nas quais as massas negras e indígenas emergem como sujeitos da própria transformação, é necessário percorrer os caminhos da América Latina e Caribe e dialogar com o pensamento político em uma dimensão continental e exercitar, nas palavras de Augustin Lao Montes, o pan-africanismo radical.*

Para sua edição, percorremos o passado e o presente do movimento negro e promovemos o diálogo das próprias resoluções políticas do Círculo Palmarino com a reflexão política de intelectuais, ativistas e militantes como Lélia Gonzalez (Brasil), Jesus Chucho Garcia (Venezuela), Augustin Lao Montes (Equador), José Eulícer Mosquera Rentería (Colômbia) e Aimé Cesaire (Martinica). Delas destacamos a interface entre a luta antiracista, anticolonialista e anticapitalista, aliada a uma visão crítica e transformadora da realidade sócio-cultural da América Latina.

Esperamos com este Caderno de Formação – editado em formato pdf. para circular pela internet ou fotocopiado – contribuir à "batalha de ideias" e formação permanentes de nossos quadros e militantes para que – como guerreiros culturais e intelectuais orgânicos – possam, em seus espaços de atuação, lutar contra os valores, ideias e práticas racistas incrustadas em séculos e séculos de opressão colonialista, racista e capitalista. A burguesia – além do estado policial e suas políticas compensatórias – têm ao seu lado seus próprios aparelhos ideológicos de difusão de massas, reprodutores da visão do mundo dos "de cima", dos ricos e racistas. É necessário que os que vivem no meio do povo criem as próprias ferramentas de libertação. É necessário formar uma nova cultura política e prática militante que preserve, divulgue e amplie valores como respeito, confiança e solidariedade. Apenas estes valores serão capazes de soldar os sentimentos dos pobres, trabalhadores, negros e excluídos que formarão uma poderosa força social que levará às ruínas o edifício da classe dominante.

Como palmarinos e palmarinas, acreditamos que a superação do capitalismo, neocolonialismo, racismo e patriarcalismo deve ser obra dos "de baixo", dos pobres, dos trabalhadores, dos simples, dos negros e negras conscientes de sua condição de raça que luta contra o racismo. Por isso, a Coordenação Nacional do Círculo Palmarino disponibiliza este Caderno de Formação à sua militância para que ela se aproprie criticamente dos enfoques e abordagens aqui apresentados. Para que no trabalho político e cultural dos palmarinos e palmarinas estejamos preparados para enfrentar os argumentos e valores dominantes, construindo uma prática dialógica e desalienante com negros, negras e trabalhadores que ainda não estejam conscientes de seu papel como agente de transformação histórica.

Entendemos que a luta política se faz com teoria e esta não tem sentido sem a prática! A leitura e o estudo são tarefas de todo revolucionário e não devem ser desprezadas, em nome do basismo, em nossa ação como corrente do movimento social negro.

Como aprendemos com nossos ancestrais, o povo negro é sujeito de sua própria história (sempre foi e sempre será!). Disso nunca abrimos mão! Estamos confiantes em nossa vitória, pois – apesar da opressão – o sacrifício e a luta de nossos ancestrais é o que permite que hoje nos ergamos e arrebentemos os alicerces desta ordem social injusta, produtora de miséria, desigualdade, racismo e preconceito.

Estamos juntos nesta caminhada, repisando com nossos ancestrais os caminhos de Nuestra América!

COORDENAÇÃO NACIONAL DO CÍRCULO PALMARINO
COORDENAÇÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA

SUMÁRIO

Nas lutas, unir o povo negro contra a crise! Não paguem aos ricos, paguem a dívida histórica com o povo negro!

Resolução do I Encontro Nacional do Círculo Palmarino, Serra-ES, 10 a 12 de abril de 2009.

"Não é para temer o que é grande.
O grande será derrubado pelo pequeno.
O pequeno se tornará grande." (Mao Tse-tung)

A estratégia da revolução afro- brasileira.

O racismo estruturou a empreitada colonialista no século XVI. Seja através da escravização dos povos originários ou, em momento posterior, a dos africanos, o colonialismo – base da sociedade capitalista de classes – consolidou práticas sociais racistas, amplamente justificadas pela Igreja e os demais aparelhos ideológicos da sociedade escravocrata – e definiu diferentes lugares sociais a brancos e não-brancos, assim como, enraizou instituições, formas de pensamento e atitudes que excluíam de direitos sociais a população não-branca. Na formação da sociedade de classes, em nosso país, éramos a maior nação escravocrata do mundo (40% dos africanos arrancados à força da África aportaram no Brasil) e convivíamos com séculos de racismo e discriminação regulamentadas e apoiados pelo Estado (leis, estatutos, sistema prisional etc). Em linhas gerais, a preocupação dos escravocratas e latifundiários que dirigiam o Estado Imperial (até 1889) era o de controlar as revoltas, rebeliões e formações de quilombos (daí a necessidade de um aparato de repressão que dá origem a polícia), regulamentar o mercado de cativos africanos e defender o direito de propriedade dos senhores escravagistas.

Ao longo do século XIX, a sociedade brasileira se moderniza e inicia-se o processo de industrialização. Esta industrialização está ligada às formas não capitalistas de produção, hegemonizadas pelo escravismo. O excedente do trabalho compulsório dos africanos associado aos lucros auferidos pelo mercado de escravos permitiu, associado a outros fatores, a modernização, o surgimento da burguesia agrário-industrial e de uma sociedade de classes em nosso país.

Com o fim oficial do escravismo a sociedade brasileira passa por um processo de maior modernização e adensamento urbano. As elites da República, instalada em 1889, empenham-se, no processo de "embranquecimento" da população brasileira a partir da onda imigrantista. O racismo do colonialismo encontra, na sociedade de classe à brasileira, um fundamento "científico" em teorias européias que hegemonizaram as academias e universidades do país, em finais do século XIX até 1930. Com força,

sobretudo, nos cursos de direito e medicina as teorias do "racismo científico" constituíram a base de nosso direito penal e criminal e das campanhas de sanitarização que tem como alvo principal as populações negras e pobres das cidades. De acordo com as elites republicanas, "embranquecer" a nação é modernizá-la, ou seja, varrer a "mancha negra" que emperrava o desenvolvimento nacional.

A evolução dos dados estatísticos demonstra os efeitos desta política de embranquecimento e do imigrantismo subsidiado pelo Estado nacional: no Censo de 1890, a população brasileira era composta por 56% de negro, no entanto, em 1940, este total havia caído para 35,8% da população brasileira. Em 1960, negros e pardos correspondiam a 37,5% da população do país. Em 1976, primeiro ano do Pnad (Pesquisa Nacional do Amostragem de Domicílios) a população brasileira era constituída por 57,2% de brancos e 40,1% de negros. Esta distribuição vem mudando e pretos e partos vem aumentando o seu peso populacional: 43% (1987), 44,2% (1996) e 49,5% em 2006.

A necessidade da formação e regulamentação de um mercado de trabalho em nosso país concentrou todo o aparato de repressão do estado, assim como, dos aparelhos ideológicos, em torno da marginalização do povo negro. Uma nação que se formava e aspirava ares de "europeidade" deveria punir com a prisão, degredo e morte os negros "vagabundos", "cachaceiros", "macumbeiros" e "capoeiras" que punham em risco a consolidação do modo de vista burguês nos trópicos. Desta maneira, o Estado se desobrigou a reparar os séculos de escravidão e racismo contra negros e os povos originários, assim como, rearticulou na formação de nossa sociedade de classes, o *modus operandi* do racismo colonialista (o que, no movimento negro, se convencionou por racismo institucional).

Em termos gerais, três foram as instituições consagradas pelo Estado para o controle social de negros e africanos: o gueto (favela, cortiço, alagado, palafita, subúrbio ou periferia), a prisão e o extermínio. Em conjunturas de crise do sistema capitalista ocorre um aumento dos processos de favelização, encarceramento e extermínio do povo negro como instrumento de garantia da reprodução do sistema capitalista dominante.

Em nossa sociedade de classes (trabalhadores versus burguesia, ricos), o racismo desempenha um papel estruturante. Ou seja, é impossível pensar a classe dissociada do fundamento racial – temos uma classe trabalhadora completamente distinta da européia. Em uma estrutura social complexa, a questão racial foi, de forma errônea, diluída na classe e, desta maneira, perdeu-se de vista a necessidade de linhas políticas que fomentassem, entre os movimentos negros insurgentes, uma consciência anti-capitalista. A incidência da questão racial em nossa formação de classe pode ser compreendida em dois aspectos: o primeiro, quando comparados as desigualdades raciais entre as décadas de 1940 e 70, se percebe pouca alteração em torno da mobilidade social ascendente dos não-brancos (ou seja, o processo de modernização e industrialização do país não alterou a posição dos não-brancos na estrutura social); o segundo, diz respeito a posição dos não-brancos (negros e pardos) no mercado laboral.

Nos setores da economia com piores condições de trabalho, negros e pardos estão sobre-representados (na agricultura, 60,3%; na construção civil, 57,9% e nos serviços domésticos, 59,1%). Estes índices permanecem alterados quando se trata de trabalhadores não remunerados (55%), assalariados sem carteira (55,4%) e trabalhadores domésticos (59,1%). Dentro da estrutura de trabalho, os negros alocam-se em posições classificadas como de baixo nível (com atribuições simples, que exigem pouca capacitação e que se caracterizam pela subordinação dentro das instituições – 54,4% dos trabalhadores são negros), bem como em meio às ocupações militares (51,1%). Por sua vez, o grupo branco situa-se nas ocupações de alto escalão (73,5% dos trabalhadores são brancos), de nível superior (72,3%), de nível médio (60,3%) e administrativas (62,1%). Em média, os trabalhadores negros recebem R$ 578,24 ao mês – valor que corresponde a apenas 53,2% do recebido pelos brancos, ou seja, R$ 1.087,14. Em relação a taxa de desocupação, ela corresponde a 9,3% no grupo negro (4,5 milhões de trabalhadores). No grupo social branco, essa taxa é de 7,5% (3,7 milhões), ou seja, há quase um milhão a mais de negros em situação de desocupação em relação aos brancos.

Este quadro permanece estável quando comparamos o acesso de não-brancos e brancos a saúde, educação, moradia e representação política. Ou seja, a sociedade de classes burguesa não aboliu o fosso social que separa brancos e não-brancos e, ao contrário, se reproduz a partir delas. Portanto, uma estratégia contra-hegemônica ao *status quo*, que procure congregar a vanguarda socialista, os movimentos sociais e a classe trabalhadora, deve se referenciar no combate sistemático ao racismo e suas diversas manifestações.

A crise econômica e os seus reflexos para o povo negro.

De dezembro de 2008 até hoje (abril de 2009), dos 750 mil trabalhadores demitidos a sua maioria é formada por negro, mulheres e jovens. Em um momento da crise da economia capitalista há um aumento da política de confinamento (guetos), encarceramento e extermínio da população negra. A violência estatal ao grupo social negro tem como objetivo garantir a reprodução do modo de vida burguês e as atuais desigualdades raciais.

Neste sentido, falar da centralidade da luta anti-racista é apontar quais são os sujeitos que objetivamente mais sofrem com a lógica do capital e a manutenção do *status quo*. A maior parte da população negra vive em metrópoles, grandes e médias cidades e, nestes espaços urbanos, estão sobre-representados nos subúrbios, periferias, favelas e cortiços. Lá está a esmagadora maioria dos afrodescendentes de nosso país, distantes de condições dignas de moradia, saúde, educação e de equipamentos públicos de esporte, lazer e cultura. Ao contrário da campanha midiática que nos criminaliza, constituímos uma parte extremamente significativa de um proletariado sem proteção e direitos trabalhistas. As diversas categorias de trabalhadores em que estamos representados – construção civil, serviços domésticos, motoboys, office-boys, telemarketing etc – quando alcançam alguma expressão sindical são representados por lideranças frágeis e/ou pelegas.

No entanto, as suas condições materiais de vida, assim como, a consciência do racismo e de suas manifestações concretas, faz com que construam organizações em torno da defesa de seus interesses (que variam de organizações religiosas e recreativas - candomblé, umbanda, tambor de mina, escolas de samba, afoxés, blocos, hip hop, funk etc - a movimentos de luta por direitos básicos como moradia, transporte, educação e saúde). Desta maneira, constroem instrumentos de resistência adequados as suas condições culturais e materiais: definem estratégias de luta, de enfrentamento às condições extremamente duras de penúria e exclusão social, definem relações de aliança e mobilizam seus próprios intelectuais orgânicos. Em outros termos, vivem a classe e a condição racial a partir de *mores* sociais constituídos no processo histórico de enfrentamento da exclusão, do racismo e da negação de direitos. O maior erro dos setores reformista é imaginar que os espaços em que os afrodescendentes são maioria, constituem-se em territórios amorfos, sem história e em que predominam sujeitos passivos a dominação de classe e de raça.

Circunscritos, pela violência material e simbólica, a seus territórios urbanos, os afro-descendentes reescrevemos a história de seu país e resistimos as injunções da ordem dominante. Em um momento em que a economia capitalista está em crise, o aparato de estado recrudesce a sua resposta histórica aos negros e oprimidos: incrementa as políticas de gerenciamento da pobreza com o objetivo de fixá-los aos seus "territórios vigiados" (Bolsa Família, determinadas políticas sociais e culturais desenvolvidas por ONGs e grupos filantrópicos) para reduzir a pressão por trabalho e direitos do proletariado negro; encarceramento em massa (em especial, de jovens, negros e primários envolvidos em furtos e roubos) e o extermínio direto e indireto (assassinato e chacinas de jovens negros por policiais e grupos paramilitares – milícias; ou ainda, a morte a míngua nas filas dos hospitais públicos).

Estas políticas, de forma combinada, têm como objetivo a manutenção da extração da mais valia da classe trabalhadora com a eliminação da população "excedente" do "exército industrial de reserva". Este "excedente" põe em risco a estrutura do mercado de trabalho que se utiliza do "exército industrial de reserva" para controlar as pressões por direitos sociais e trabalhistas. Na medida em que o desemprego é generalizado *in extremis*, as pressões do proletariado não alocado poderiam gerar uma onda de questionamentos a legitimidade do próprio sistema.

Por outro lado, a consciência anti-racista abre uma frente de enfrentamentos à ordem dominante e, a partir de fundamentos culturais e sociais, põem freios à lógica predatória e desumanizadora do modo de produção capitalista. A associação de jovens negros em posses e grupos de hip hop; o funk como expressão cultural de juventude negra carioca; as escolas de samba, candomblés e umbanda; os movimentos de moradia, contra a carestia, por saúde e os cursinhos pré-vestibulares constituem parte do tecido de movimentos reativos aos ataques racistas das elites dominantes.

Esta corrente de movimentos reativos é um elemento extremamente importante na formação de uma consciência anti-racista e socialista entre o povo negro. Combater os efeitos da crise é construir uma pauta de reivindicações que coloque como elemento central uma nova política econômica que gere trabalho e renda para o povo e não aos

banqueiros e capitalistas. É exigir políticas públicas em emprego, moradia, esporte, educação e cultura que efetivamente sejam populares, ou seja, voltadas a toda a população. É lutar contra o extermínio e o encarceramento da população negra, em especial, de sua juventude.

Análise das Conjunturas Latino-Americana e Brasileira.

Na América Latina encontramos as principais experiências de resistência à partilha imperialista do imaginário e das riquezas dos povos originários e afrodescendentes. Sujeitos políticos afro-indígenas forjam um cenário favorável às lutas e conquistas populares, negras e indígenas e à construção de novas alternativas ao euro-capitalismo, como mostram a Revolução Bolivariana e o socialismo do século XXI do povo venezuelano, que são um tormento para os falcões de Washington (mesmo sob o discurso aparentemente anti-belicista de Barack Obama); o governo do indígena aymará Evo Morales, que é um exemplo da capacidade de mobilização, luta e enfrentamento ao neoliberalismo por parte dos povos originários. O governo de Rafael Correa, no Equador que conta com maciço apoio dos trabalhadores, intelectuais de esquerda e do movimento indígena também é um indicador nesta direção.

Neste cenário de lutas e conquistas populares, são continuadores do projeto neoliberal os governos de Lula, no Brasil, e Tabaré Vasquez, no Uruguai. Para os lutadores sociais brasileiros, a conversão de Lula e do PT ao ideário neoliberal foi um duro revés. Ao alinhar-se às forças da ordem capitalista internacional e dar continuidade ao neoliberalismo o Governo Lula aprofunda as contradições sociais e raciais entre brancos e não-brancos e tornam quase inócuas nas iniciativas de combate ao racismo.

Observamos um cenário em que PT e PSDB tornaram-se adversário dentro do mesmo projeto, ou seja, o de continuidade das políticas neoliberais, privatizantes, desnacionalizantes da economia, de sucateamento dos serviços públicos, de esmagamento dos salários dos trabalhadores e do funcionalismo e da retirada de garantias e direitos sociais. Neste contexto extremamente desfavorável ao povo e aos trabalhadores surge o PSOL com objetivo de se contrapor a falsa polarização entre PT e PSDB e se apresentar como alternativa de esquerda e socialista ao povo brasileiro. A falência do PT e da CUT, o desgaste da relação do Governo Lula com setores dos movimentos sociais, o surgimento da Conlutas, Intersindical e a perspectiva de formação de uma nova central sindical, sinalizam um processo de reorganização da esquerda no plano dos partidos e dos movimentos sociais.

Com a crise econômica, o desgaste do condomínio Lulo-petista já se faz sentir com a queda da popularidade do presidente. O movimento sindical se unificou em torno das manifestações contra a demissão e por empregos do dia 30 de maio. A mídia conservadora ataca o MST e criminaliza os movimentos sociais com o apoio de Gilmar Mendes do STF. A burguesia tem consciência do risco da formação de um amplo movimento que conteste o capitalismo a partir da convergência dos movimentos sociais e dos partidos progressistas. Nesta conjuntura, o movimento negro, como parte do movimento social e da sociedade civil, reaglutina forças em torno do CONNEB –

Congresso de Negros e Negras do Brasil e do FONAJUNE – Fórum Nacional de Juventude Negra (mesmo que hegemonizadas pelos setores do lulo-petismo). Em SP, observa-se o surgimento do UNEAFRO, grupo que rompeu com a Educafro e que critica o "onguismo" predominante no movimento negro. Setores do CEN – Coletivo de Entidades Negras, MNU – Movimento Negro Unificado, Quilombagem, Atitude Quilombola e Instituto Búzios adotam uma postura mais independente e combativa em relação ao Governo Lula e demonstram, junto com o Círculo Palmarino, que há uma alternativa efetivamente de esquerda ao "antiracismo de resultados" que se tornou lugar comum às setores do movimento negro atrelados ao lulo-petismo e a direita conservadora.

Concepção de movimento negro e frentes de ação: CONNEB, FONAJUNE e CONAPIR.

O movimento negro é um conjunto de organizações, grupos, coletivos, entidades e articulações nacionais que lutam contra o racismo e se reivindicam herdeiros da trajetória de lutas do povo negro em África e na Diáspora. Portanto, ele é um espaço de elaboração coletiva do povo negro e de seus aliados, aberto a diferentes matizes ideológicas e partidárias, constituindo-se em um exercício permanente de crítica e autocrítica em torno das estratégias que permeiam a construção e efetivação de um projeto político do povo negro brasileiro. Obviamente, é um movimento em disputa entre projetos contraditórios e conformam grupos e blocos que se alinham a um amplo espectro ideológico, de conservadores, liberais e socialistas revolucionários.

Para nós, palmarinos e palmarinas, o movimento negro, como construção coletiva, deve ser independente, democrático e socialista e balizado por um novo olhar sobre as desigualdades raciais e do processo de resistência histórica do negro na diáspora. Este novo olhar, por sua vez, está condensado na utopia de uma sociedade socialista em que a contribuição dos afro-brasileiros – como sujeitos do processo revolucionário – é um elemento estruturante de nossa ação política. A luta contra o racismo é a luta contra a prática social do racismo, historicamente construída desde a escravização africana e que foi naturalizada em nossas relações sociais. A prática social do racismo é reforçada diariamente pelos estereótipos raciais difundidos na imprensa, nas escolas e universidades, no mercado de trabalho, na relação entre vizinhos etc.

Devemos, portanto, compreender o movimento negro como um espaço essencial de luta na formação histórica de uma nova sociedade, de homens e mulheres livremente associados, que defina um horizonte protagonista à produção social, cultural, histórica e política dos oprimidos, negros e indígenas. O movimento negro é, portanto, um espaço permanente de aglutinação de forças contra o racismo e deve ser disputado a partir de uma perspectiva crítica, contestatória, antineoliberal e anticapitalista. Para isso, é fundamental organizarmos a intervenção dos negros e negras para que possamos ter uma atuação minimamente unificada em torno de nosso horizonte estratégico, articulando às lutas de nosso povo ao repúdio às políticas do Governo Lula, da direita tradicional e do imperialismo.

Desta maneira, o Círculo Palmarino deve ter uma intervenção unificada nos diversos níveis de sua atuação política e privilegiar pautas e reivindicações que contribuam para

a elevação do nível de consciência de nosso povo em relação aos efeitos do racismo e do capitalismo. A intervenção do Círculo Palmarino no CONNEB e o FONAJUNE devem estar pautadas no Plano de Lutas aprovado pelo Seminário Nacional e em nossa concepção socialista, plural e democrática de movimento negro. A nossa identidade política, nestes espaços de militância e com nossos aliados, deve ser a de corrente socialista do movimento negro.

Em relação à II CONAPIR (Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial) o Círculo Palmarino participará de forma crítica, de maneira a mostrar para os demais setores do movimento negro a tentativa do governo de engessar nossas lutas e reivindicações.

Gênero, Raça, Classe, Juventude: Eixos Político-Pedagógicos do Círculo Palmarino.

O Círculo Palmarino define como eixos políticos pedagógicos de sua atuação: gênero, raça, classe e juventude. Estes eixos não são estanques, ao contrário, agem de forma combinada em nossa formação de classe. Portanto, da mesma maneira em que não compreendemos a luta da juventude, racial, de gênero e urbana dissociada da perspectiva da classe; não compreendemos a classe como um conceito vazio e homogêneo, mas preenchido por estas diversas contradições, a saber, a racial, de gênero, juvenil e urbana.

Esta afirmação é fundamental, pois afirma o sentido popular da militância do Círculo Palmarino: a classe é formada na luta e se constitui a partir das contradições, sonhos e utopias vividas pelos sujeitos que dela tomam parte. Para o avanço de sua consciência e a emancipação do jugo capitalista, a classe deve se perceber como é: heterogênea, multifacetada e distribuída de forma desigual em territórios determinados. Por outro lado, o ponto de convergência destes diferentes eixos de ação é a luta contra o racismo. É através da consciência anti-racista que procuraremos construir uma perspectiva anticapitalista e socialista e contribuir para o avanço da consciência do proletariado.

No entanto, o racismo em nosso país definiu territórios de enorme adensamento populacional dos afro-descendentes. Logo, se procuramos fortalecer a luta dos "de baixo", ou seja, do proletariado negro que vive confinado nas favelas, subúrbios e periferias, são nos espaços em que somos maioria que devemos atuar. São nos territórios urbanos negros, com os sujeitos concretos, que devemos atuar para que o nosso discurso não se torne retórica vazia e dissociada da realidade. Diante destes sujeitos é que devemos iniciar o nosso trabalho político que incorpore os eixos político-pedagógicos que elencamos acima: classe, raça, gênero e juventude. Portanto, é fundamental nos qualificarmos na luta, junto com o povo negro e nos organizarmos de forma a tornar o Círculo Palmarino uma corrente do movimento negro, de caráter socialista e de massas.

Por um feminismo Afro-latino-americano.

Lélia Gonzalez

Neste ano de 1988, Brasil, o país com a maior população negra das Américas, comemora o centenário da lei que estabeleceu o fim da escravização neste país. As celebrações se estendem por todo território nacional, promovidas por inúmeras instituições de caráter publico e privado, que festejam os “cem anos da abolição”. Porém, para o Movimento Negro, o momento é muito mais de reflexão do que de celebração. Reflexão porque o texto da lei de 13 de maio de 1988 (conhecida como Lei Áurea), simplesmente declarou como abolida a escravização, revogando todas as disposições contrarias e... nada mais. Para nós, mulheres negras e homens negros, nossa luta pela liberdade começou muito antes desse ato de formalidade jurídica e se estende até hoje.

Nosso empenho, portanto, se dá no sentido de que a sociedade brasileira ao refletir sobre a situação do seguimento negro que dela faz parte (daí a importância de ocupar todos os espaços possíveis para que isso suceda) possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais que a caracterizam. Neste sentido, as outras sociedades que também compõem essa região, neste continente chamado America Latina, quase não diferem da sociedade brasileira. E este trabalho, como reflexão de uma das contradições internas do feminismo latino-americano, pretende ser, com suas evidentes limitações, uma modesta contribuição para o seu avanço (depois de tudo, sou feminista).

Ao evidenciar a ênfase direcionada a dimensão racial (quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente) tentarei mostrar que, no interior do movimento, as negras e as indígenas são as testemunhas vivas dessa exclusão. Por outro lado, baseada nas minhas experiências de mulher negra, tratarei de evidenciar as iniciativas de aproximação, de solidariedade e respeito pelas diferenças por parte de companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminina. A essa mulheres- exceção eu as chamo de irmãs.

Feminismo e Racismo.

É inegável que o feminismo como teoria e pratica vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também

desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate publico em que surgiu a tematização de questões totalmente novas – sexualidade, violência, direitos reprodutivos, etc. – que se revelaram articulados as relações tradicionais de dominação/submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por parte de homossexuais de ambos os sexos, discriminados pela sua orientação sexual (Vargas). O extremismo estabelecido pelo feminismo fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo.

Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi conseqüência de importante contribuições do movimento negro: " A Luta dos sessenta... Sem a Irmandade Negra, não haveria existido irmandade das Mulheres (Sister Hood); sem Poder Negro(Black Power) y Orgulho Negro(Black Pride), não haveria existido Poder Gay e Orgulho Gay" (David Edgar). E a feminista Leslie Cagan afirma: "O fato de que o movimento pelos Direitos Civis tenha quebrado as propósitos sobre a liberdade e a igualdade em America, nos abriu espaço para questionar a realidade da nossa liberdade como mulheres".

Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. Temo um exemplo de definição do feminismo: consiste na "resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada" (Astelarra). Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo.

Exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem da diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Cabe, então, a pergunta: como se explica este "esquecimento" por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade.

Vale a pena retomar aqui duas categorias do pensamento lacaniano que ajuda, a nossa reflexão. Intimamente articuladas, as categorias de infante e de sujeito-suposto-saber nos levam ao tema da alienação. A primeira designa a aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constitui a partir de uma analise da formação psíquica da criança que, ao ser falado

pelos adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos "faladas", definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria historia. E desnecessário dizer que com todas essas características, nos estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. Conseqüentemente, o feminismo coerente consigo mesmo não pode dar ênfase a dimensão racial. Se assim o fizera, estaria contraditoriamente aceitando e reproduzindo a infantilização desse sistema, e isto é alienação.

A categoria de sujeito-suposto-saber, refere-se as identificações imaginarias com determinadas figuras, para as quais se atribui um saber que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor, etc.). E aqui nos reportamos a análise de um Franz Fanon e de um Alberto Memmi, que descrevem a psicologia do colonizado frente a um colonizador. Em nossa opinião, a categoria de sujeito-suposto-saber enriquece ainda mais o entendimento dos mecanismos psíquicos inconscientes que se explicam na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador. Nesse sentido, o eurocentrismo e seu efeito neo-colonialista acima mencionados também são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadora.

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando afirma: "Eu vejo o anti-racismo como algo que não está fora do Movimento de Mulheres senão como algo intrínseco aos melhores princípios feministas". Mas esse olhar que não vê a dimensão racial, essa análise e essa prática que a "esquecem", não são características que se fazem evidentes apenas no feminismo latino-americano. Como veremos em seguida, a questão racial na região tem sido ocultada no interior das suas sociedades hierárquicas.

A questão racial na América Latina.

Cabe aqui um mínimo de reflexão histórica para poder ter uma idéia deste processo na região. Principalmente nos países de colonização ibérica. Em primeiro lugar, não se pode esquecer que a formação histórica de Espanha e Portugal se fez a partir da luta de muitos séculos contra os mouros, que invadiram a Península Ibérica no ano de 711. Ainda mais, a guerra entre mouros e cristãos (ainda lembrada em nossas festas populares) não teve na dimensão religiosa a sua única força propulsora. Constantemente silenciada, a dimensão racial teve um importante papel ideológico na

nas lutas da Reconquista. Na realidade, os mouros invasores eram predominantemente negros. Alem disso, as duas ultimas dinastias do seu império - a dos "Almorávidas e a dos Almoadas"- provinham de África Ocidental (Chandler). Pelo exposto, queremos dizer que os espanhóis e os portugueses adquiriram uma solida experiência com respeito a forma de articulação das relações raciais.

Em segundo lugar, as sociedades ibéricas se estruturaram de maneira altamente hierarquizada, com muitas castas sociais diferenciadas e complementarias. A força da hierarquia era tal que se explicitava até nas formas nominais de tratamento, transformadas em lei pelo rei de Portugal e de Espanha em 1597. Desnecessário dizer que, neste tipo de estrutura, onde tudo e todos tem um lugar determinado, não há espaço para a igualdade, principalmente para grupos étnicos diferentes, como mouros e judeus, sujeitos a um violento controle social e político (Da Matta).

Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não podiam deixar de se caracterizarem como hierárquicas. Racialmente estratificadas, apresentam uma espécie de continuum de cor que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Neste quadro, se torne desnecessária a segregação entres mestiços, indígenas e negros, pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante.

Desse modo, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer(de "limpar o sangue" como se diz no Brasil), é internalizado com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura.

Não são poucos os países latino-americanos que desde a sua independência aboliram o uso de indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos. Alguns deles reabilitaram ao indígena como símbolo místico da resistência contra a agressão colonial e neocolonial, apesar de, ao mesmo tempo, manter a subordinação da população indígena. Em relação aos negros, são abundantes os estudos sobre a sua condição durante o regime escravocrata. Porem historiadores e sociólogos silenciam sua situação desde a abolição da escravização até os dias de hoje, estabelecendo uma pratica que faz invisível a este segmento social. O argumento utilizado por alguns cientistas sociais consiste na afirmação de que a ausência da variável racial nas suas análises se deve ao fato de que os negros foram contidos no interior da sociedade abraçada em condições de relativa igualdade com outros grupos raciais (Andrews).

Esta postura tem muito mais a ver com estudos de língua espanhola, no momento em que o Brasil se coloca quase como exceção dentro desse quadro; sua literatura cientifica sobre o negro na sociedade atual é bastante significativa.

Pelo exposto, não é difícil concluir a existência de grandes obstáculos para o estudo e encaminhamento das relações raciais na America Latina, em base a suas configurações regionais e variações internas, para a comparação com outras sociedades multirraciais, fora do continente. Na verdade, esse silêncio ruidoso sobre as contradições raciais se fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial.

Na seqüência da suposta igualdade de todos perante a lei, ele afirma a existência de uma grande harmonia racial... Sempre que se encontrem sob o escudo do grupo branco dominante; o que revela sua articulação com a ideologia do branqueamento. Em nossa opinião, quem melhor sintetizou esse tipo de dominação racial foi um humorista brasileiro ao afirmar: "no Brasil não existe racismo porque os negros reconhecem o seu lugar". (Millor Fernandes). Vale notificar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da "democracia racial", a medida que nas suas análises sobre nossa realidade social jamais conseguiram vislumbrar qualquer coisa mais alem das contradições de classe.

Metodologicamente mecanicistas (por eurocêntricas), acabaram por tornarem-se cúmplices de uma dominação que pretendiam combater. No Brasil, este tipo de perspectiva começou a sofrer uma reformulação com a volta dos exilados que haviam combatido a ditadura militar, no inicio dos anos oitenta. Isto porque muitos deles (vistos como brancos no Brasil) forma objeto de discriminação racial no exterior. Apesar disso, somente em um país do continente encontramos a grande e única exceção em relação a uma ação concreta no sentido de abolir as desigualdades raciais, étnicas e culturais. Trata-se de um país geograficamente pequeno, mas gigantesco na busca do encontro consigo mesmo: Nicarágua.

Em setembro de 1987, a assembléia Nacional aprovou y promulgou o Estatuto de Autonomia das Regiões da Costa Atlântica de Nicarágua. Nelas encontram-se uma população de trezentos mil habitantes, divididos em seis etnias caracterizadas incluso por suas diferenças lingüísticas: 182 mil mestiços, 75 mil misquitos, 26 mil creoles(negros), 9 mil sumus, 1750 garífunas(negros) e 850 ramas. Composto de seis títulos e cinco artigos, o Estatuto de Autonomia implica em um novo reordenamento político, econômico, social e cultural que responde as reivindicações de participação das comunidades costeiras. Mais do que garantir a eleição das autoridades locais e regionais, o Estatuto assegura a participação comunitária na definição dos projetos que beneficiam a região e reconhece o direito de propriedade sobre as terras comunais.

Por outro lado, não só garante a igualdade absoluta das etnias senão também reconhece seus direitos religiosos e lingüísticos, repudiando todo tipo de discriminação. Um dos seus grandes efeitos foi o repatriamento de 19 mil indígenas que haviam abandonado o país. Coroação de um longo processo em que se

acumularam erros e acertos, o Estatuto de Autonomia é uma das grandes conquistas de um povo que luta “por construir uma nação nova, multi-étnica, pluricultural e multilíngüe baseada na democracia, pluralismo, anti-imperialismo e a eliminação da exploração social e opressão em todas as suas formas”.

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano.

Por um feminismo afro-latino-americano.

É Virginia Vargas V. quem nos diz: “a presença das mulheres no cenário social e um feto inquestionável nos últimos anos, buscando novas soluções frente aos problemas que lhes impõe uma ordem social, política e econômica que historicamente as marginalizou. Nesta presença, a crise econômica, política, social e cultural(...) tem sido um elemento desencadeante que acelerou processos que vinham gerando-se. Em efeito, se por um lado a crise acentuou e evidenciou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente, por outro lado, deixou explicito como seus efeitos são recebidos diferenciadamente em vastos setores sociais, de acordo as contradições especificas nas quais se encontram imersos, alentando desse modo o surgimento de novos campos de conflito e novos atores sociais. Assim, no terreno das relações sociais, o efeito da crise foi o de devolver-nos uma visão muito mais complexa e heterogênea da dinâmica social, econômica e política. Nesta complexidade na qual estão localizados o surgimento e o reconhecimento de novos movimentos sociais entre eles o de mulheres, que avançaram desde as suas contradições especificas a um profundo questionamento “a lógica estrutural da sociedade (Castells) e contem, potencialmente, uma visão alternativa da sociedade”.

Ao caracterizar distintas modalidades de participação, ela aponta três vertentes, diferenciadas por uma expressão, no interior do movimento: popular, político-partidária e feminista. E é justamente na popular que vamos encontrar maior participação de amefricanas e ameríndias que, preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, buscam organizar-se coletivamente; por outro lado, sua presença principalmente no mercado informal de trabalho as remete a novas reivindicações. Dada sua posição social, que se articula com sua discriminação racial e sexual, são elas que sofrem mais brutalmente os efeitos da crise. Se pensarmos no tipo de modelo econômico adotado e no tipo de modernização que dela flui - conservadora e excludente, por seus efeitos de concentração de renda e de benefícios sociais – não é difícil concluir a situação dessas mulheres, como no caso do Brasil, no momento da crise (Oliveira, Porcaro e Araujo).

Nesta perspectiva, não podemos desconhecer o importante papel dos Movimentos Étnicos (ME), como movimentos sociais. Por um lado, o movimento indígena (MI), que se fortalece cada vez mais na América do Sul (Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Equador) e Central(Guatemala, Panamá e Nicarágua, como já vimos), não só propõe novas discussões sobre as estruturas sociais tradicionais, senão que busca a reconstrução da sua identidade ameríndia e o resgate da sua própria história. Por outro lado o Movimento Negro(MN)- e falemos do caso brasileiro ao explicitar a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder, desmascara as estruturas de dominação de uma sociedade e de um estado que vêem como natural o fato de que quatro quintos da forca de trabalho negra sejam mantidas aprisionadas em uma espécie de cinturão socioeconômico que lhes "oferece e oportunidade" de trabalho manual e não qualificado. Não é necessário dizer que para o mesmo trabalho exercido por brancos, os rendimentos são sempre menores para trabalhadores negros de qualquer categoria profissional (principalmente nas de maior qualificação). Enquanto isso, a apropriação lucrativa da produção cultural afro-brasileira também é vista como "natural".

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região -assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é valida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas.

Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as praticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM, a teoria e a pratica feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. Mas o que efetivamente encontramos são as praticas de exclusão e dominação racista que tratamos na primeira sessão deste trabalho. Somos invisíveis nas três vertentes do MM; inclusive naquela em que a nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral). Um exemplo ilustrativo: duas famílias pobres –uma negra e outra branca- cuja renda mensal é de 180 dólares(que corresponde a três salários mínimos atualmente no Brasil); a desigualdade se faz evidente no fato de que a taxa da atividade da família negra é maior que da branca(Oliveira, Porcaro e Araujo). Por aí se explica a nossa escassa presença nas outras duas vertentes.

Pelo exposto, não é difícil compreender que nossa alternativa em termos de MM foi a de organizar-nos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes,

estamos contribuindo para o avanço tanto dos ME como do MM (vice-versa, evidentemente). No Brasil, já em 1975, com a ocasião do encontro histórico das latinas que marcaria o inicio do MM no Rio de Janeiro, as americanas se fizeram presentes e distribuíram um manifesto que evidenciava a exploração econômico-racial sexual e o conseqüente trata"degradante, sujo e sem respeito" de que somos objeto. Seu conteúdo não é muito diferente do Manifesto da Mulher Negra Peruana no dia internacional da mulher em 1987, assinado por duas organizações do MN deste país: Linha de Ação Feminina do Instituto Afro-peruano e Grupo de Mulheres do Movimento Negro "Francisco Congo". Denunciando sua situação de discriminadas entre os discriminados, elas afirmam: "nos moldaram uma imagem perfeita em tudo que se refere a atividades domesticas, artísticas, servis, nos consideraram "expertas no sexo".

É dessa forma que se alimentou o preconceito de que a mulher negra só serve para esses menestréis. Vale a pena notar que os doze anos de existência dos dois documentos nada significam frente a quase cinco séculos de exploração que ambos denunciam. Além disso, se observa que a situação das amefricanas dos dois países é praticamente a mesma, e principalmente os pontos de vista. Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: "branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar". Que se atenda aos papéis atribuídos as amefricanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os "burros de carga"(do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, se constata como a socioeconômica se faz aliada a super-exploração sexual das mulheres amefricanas.

Nos dois grupos de amefricanas do Peru se confirma uma pratica que também é comum a nós: é a partir do MN que nos organizamos, e não do MM. No caso da dissolução de algum grupo, a tendência é continuar a militância dentro do MN, onde, apesar dos pesares, a nossa rebeldia e espírito critico se dão num clima de maior familiaridade histórica e cultural. Já no MM, essas nossas manifestações muitas vezes foram caracterizadas como antifeministas e "racistas às avessas" (o que pressupõe um "racismo as direitas", ou seja, legitimo); daí nosso desencontros e ressentimentos. De qualquer modo, os grupos amefricanos de mulheres foram se organizando pelo país, principalmente nos anos oitenta. Realizamos também nossos encontros regionais, e neste ano teremos o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras. Enquanto isso nossas irmãs ameríndias também se organizam dentro da união das nações indígenas, a expressão máxima do MI no nosso país. Neste processo, é importante ressaltar que as relações dentro do MM não estão feitas só de desencontros e ressentimentos com as latinas. Já nos anos setenta, umas poucas se aproximaram de nós em um efetivo intercambio de experiências, conseqüente no seu igualitarismo.

O entendimento e a solidariedade se ampliaram nos anos oitenta, graças aas próprias modificações ideológicas e de conduta dentro do MM: um novo feminismo se delineava nos nossos horizontes, aumentando nossas esperanças pela ampliação das suas perspectivas. A criação de novas redes como o *Taller de Mulheres das Américas* (que prioriza a luta contra o racismo e o patriarcalismo numa perspectiva anti-imperialista) e DAWN/MUDAR, são exemplos de uma nova forma de olhar feminista, luminoso e iluminado por ser inclusivo, aberto a participação de mulheres étnica e

culturalmente diferentes. E Nairóbi foi o marco desta mudança, deste aprofundamento, deste encontro do feminismo consigo mesmo.

Prova disso fora, as experiências muito fortes que tivemos o privilegio de compartilhar. A primeira em novembro de 1987, no *II Encontro do Taller de Mulheres das Américas* na cidade do Panamá; ali as análises e discussões terminaram por derrubar barreiras – no reconhecimento do racismo pelas feministas – e preconceitos antifeministas por parte das ameríndias e amefricanas dos setores populares. A segunda foi no mês seguinte, em La Paz, no encontro regional de DAWN/MUDAR; presentes as mulheres mais representativas do feminismo latino-americano, tanto por sua produção teórica como por sua pratica efetiva. E uma só presença amefricana argumentou durante todo o encontro sobre as contradições já sinalizadas neste trabalho. Foi realmente uma experiência extraordinária para mim, frente aos testemunhos francos e honestos por parte das latinas ali presentes, frente à questão racial. Sai dali revivida, confiante de que uma nova era se abria para todas nós, mulheres da região. Mais do que nunca, meu feminismo se sentiu fortalecido. E o titulo deste trabalho foi inspirado nessa experiência. Por isso que eu o dedico a Neuma, Leo, Carmen, Virginia, Irma (teu cartão de natal me fez chorar), Tais, Margarita, Socorro, Magdalena, Stella, Rocio, Gloria e as ameríndias Lucila e Marta.

Muita sorte, mulheres!

***Lélia Gonzalez Lélia Gonzalez (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935; Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Seus escritos, simultaneamente permeados pelos cenários da ditadura política e da emergência dos movimentos sociais, são reveladores das múltiplas inserções e identificam sua constante preocupação em articular as lutas mais amplas da sociedade com a demanda específica dos negros e, em especial das mulheres negras. Os livros produzidos foram "Lugar de Negro", Editora Marco Zero, 1982 (com Carlos Hasenbalg), "Festas Populares no Brasil", premiado na Feira de Frankfurt. As demais referências da produção de Lélia Gonzalez são papers, comunicações, seminários, panfletos político-sociais, partidários, engajados, sempre de muita reflexão. Concorreu a cargos públicos, em 1982 (PT) e 1986 (PDT), tendo como principais referências as liberdades individuais e as transformações sociais. Lélia sempre acreditou na possibilidade de se construir uma sociedade solidária e fraterna e que, para tal, é preciso, além do engajamento na luta política mais ampla, que os grupos não dominantes produzam seu próprio conhecimento. É em razão disso que dedicou-se ao estudo das culturas humanas, especialmente da cultura negra. Graduada em História e em Filosofia, aprofundou estudos nas áreas da Antropologia, da Sociologia, da Literatura, da Psicanálise, da teoria da Estética, da Cultura Brasileira, além de ter-se dedicado profundamente à Ciência, Cultura e História africanas. Como professora de Ensino Médio no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UEG, atual UERJ), nos difíceis anos finais da década de 1960. Seus escritos e palestras, atuando contra o racismo e outras formas de discriminação, contribuíram para a formação acadêmica e cidadã de muitos dos que com ela conviveram, considerando que atuou nas universidades brasileiras por mais de 30 anos, até seu falecimento. Em seus últimos dias, foi eleita, chefe do Departamento de Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Quando faleceu, aos 59 anos, ainda tinha muito o que fazer, o que escrever, o que falar/comunicar/ensinar. Sua busca permanente e irrestrita na direção do conhecimento é identificada pela capacidade de interpretação que mostrou na crítica às ideologias e à hegemonia de dominação (de lógica machista, branca e européia) que sempre forçou o povo negro ao lugar de submissão, de menor condição e capacidade. Lélia Gonzalez foi fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU); do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ)); do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras; do Olodum (Salvador). Participou da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), de 1985 a 1989.**

Algumas reflexões sobre o movimento afrodescendente na América Latina e Caribe: Em que situação estamos hoje?

Por Jesús Chucho García (Rede Afrovenezuelana)

Ao final da década de noventa, o movimento afrodescedente, em sua diversidade e pluralidade ideológica, logrou uma extraordinária coesão para avançar em três linhas básicas de ação.

A primeira esteve direcionada na necessidade de articular-se nacional e transnacionalmente para dar resposta a problemas comuns globais contra o racismo e a discriminação racial, tendo seu maior êxito (Chile, 2000) e Terceira

Conferência Contra o Racismo, a Xenofobia e suas formas correlatas (considerado a maior conquista dos últimos séculos das e dos africanos e seus descendentes). Conferência Contra o Racismo, a Xenofobia e suas formas correlatas (considerado a maior conquista dos últimos séculos das e dos africanos e seus descendentes). Dali se desprenderia um plano de ação que hoje segue servindo de guia e colocou o tema para os governos da América Latina e Caribe.

A Segunda linha tratou de incidir nos planos de desenvolvimento inspirados no Consenso de Washington onde as pautas foram fixadas pela Banca internacional (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial) e, somado a eles, as empresas capitalistas com responsabilidade social (kellogs, Ford, entre outras).

Esta etapa foi de grande agressividade por parte da Banca Internacional que produziria uma espécie de "endividamento etnosocial" devido a que os gerentes desses bancos seduziram nossos movimentos para que incidíssemos em nossos governos para pedir empréstimos para resolver nossa crise estrutural, exemplo disso foi o famoso Plan Pacífico (Plano Colômbia) ou Projetos no Peru e Equador nas comunidades afro destes países. Aqui, sem dúvida, não é demais mencionar o interesse do Departamento de Estado dos Estados Unidos de lançar uma ofensiva de influência nos movimentos afro através da USAID, Diálogo Interamericano e a Fundação Interamericana. Esta aqui a gênesis do que mais tarde chamaríamos de embrião da afro-direita.

A Terceira linha está orientada no sentido de discernimento ideológico do movimento afrodescendente que podemos classificar em três tipos de comportamentos.

TIPO A, onde se localiza um setor do movimento que se adequou com pouco sentido crítico a estrutura governamental e pouco a pouco foi caindo na desmobilização como movimentos sociais autônomos, deixando-se absorver pela estrutura do Estado-governo, não sabendo diferenciar entre a agenda do Estado e a agenda própria do movimento, terminado o Estado-governo impondo-lhes a agenda.

TIPO B, aqueles setores que conseguiram participar nos postos dos poderes públicos e legislativos convertendo-se em Ministros, Vice-ministros e Diretores de instituições, logrando alguns acertos e outros tragados pela tecnoburocracia que os separou totalmente das comunidades. Os dos poderes legislativos que ocuparam e ocupam postos de deputados e senadores em alguns Congressos e Assembléias, conseguiram impulsionar algumas legislações a favor de nossas comunidades, porém muitas vezes estas legislações se converteram em letra morta porque talvez não emergiu como uma necessidade totalmente sentida por nossas comunidades ou simplesmente foram defeituosas, sem aplicabilidade prática para resolver os problemas cotidianos.

TIPO C, aquelas organizações que levantaram as bandeiras da construção de uma sociedade socialista onde os referentes políticos e ideológicos da quilombagem das e dos africanos e seus descendentes são vitais para construir a nova humanidade que exigem milhões de afrodescendentes. Essa nova humanidade com bases ancestrais plasmadas na ética, política e desenvolvimento sócio-econômico das Américas pouco tem sido tomada em conta pelos ideólogos que estão moldando o socialismo do século XXI (Venezuela), a Revolução Cidadã (Equador), o Socialismo Comunitário (Evo Morales) ou o Neotupamarismo (Uruguai). Ainda não há existido uma ponte sólida entre os partidos que estão no poder nestes países e os movimentos sociais revolucionários afro. Essa é uma grande debilidade e devia entrar no debate dos fóruns nacionais e internacionais das perspectivas para 2011 como Ano Internacional das e dos Afrodescendentes.

Parecia existir uma visão sedimentada solidamente na história contemporânea dos aportes africanos e seus descendentes apenas ficaram nas lutas anticoloniais como cota inicial das guerras de independência e se congelaram há séculos atrás. Nossas contribuições transpassaram as barreiras do tempo e foram protagônicas ao largo das lutas da segunda metade do século XIX, as lutas contra as ditaduras do século XX e as construções da abertura plural dos Estados e a construção das democracias participativas que romperam com as democracias "representativas" estabelecida pelos Estados Unidos e OEA.

Hoje os focos de construção das diferentes modalidades socialistas (Equador, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, Uruguai, sem deixar de mencionar Cuba) são uma referência obrigatória na luta contra as distintas formas de dominação imperialista, contra as distintas formas de violar nossas soberanias e é aí onde o movimento afrodescendente deve insertar-se para além da luta contra o racismo, a discriminação racial ou o "censismo" muitas vezes mediados pelas agências, os organismo multilaterais, as grandes ONG´s, a Banca Internacional e o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Não estamos dizendo que temos que baixar a guarda contra o racismo, já que sua vigência se metamorfoseia, ao contrário devemos redimensionar nossas lutas no sentido mais político, não estamos dizendo que não devemos contar-nos no levantamento censitário como estratégia para elaborar políticas públicas mais acertadas, porém a luta vai mais além, vai na inserção político-ideológica das novas

democracias, da inclusão nas estratégias de longo prazo de nossas Estados em processo de transformação.

Neste sentido hoje devemos perguntarmo-nos: como estamos os afro nos estatutos dos partidos de governos dos focos progressistas? Como estamos os afro nos planos regional como a ALBA? Como estamos os afrodescendentes nas relações África-América do Sul nas Cúpulas que se realizam a cada dois anos entre os países da África Subsaariana e América do Sul onde Equador tem nestes momentos uma grande responsabilidade igual a de Venezuela e Brasil? Como estamos os afrodescendentes na democratização das terras e desenvolvimento sustentável que garanta a soberania alimentar? Como estamos os afro na luta para frear o aberrante câmbio climático produzido pela emissão de gases, o desflorestamento, o urbanismo anárquico, sabendo que as reservas de águas e biodiversidade em geral estão localizadas em nossos espaços ancestrais?

A agenda do movimento deve ser enfocada irreversivelmente na construção e consolidação da sociedade socialista, antiimperialista, por uma nova humanidade. Não podemos seguir como meios tons neste sentido. Sabemos da existência de uma política dirigida desde os setores mais racistas e afro-oportunistas dos Estados Unidos para ocupar os espaços afrodescendentes, tendo sua maior expressão na Colômbia, Honduras e de um setor do movimento negro brasileiro de onde a ex-ministra de Estado Condoleza Rice havia incluído o tema afro e logo foi reforçado por Hilary Clinton em sua visita a Bahia de Todos os Santos.

O setor mais agressivo na construção da afrodireita o constitui Colômbia com o governo de Uribe e, agora, com o governo de Santos. É hora de criar e juntar esforços com os setores afroprogressistas das Américas para estar ao compasso da dinâmica político-social e romper a barreira da auto-exclusão a que nos reduzimos (o folclorismo inútil de frágil sorriso, o "censismo", a luta contra o racismo sem maior transcendência). Devemos simplesmente apostar na construção de um modelo socialista com inclusão afro partindo da experiência histórica construída tragicamente nas Américas e no Caribe e com as referências de Kwame Kruma, Amilcar Cabral, Shankara, Neto, Machel e Julius Nyerere. O ano de 2011 deve ser o ano para impulsionar a luta ideológica revolucionária nos movimentos afrodescendentes da América Latina e Caribe.

***Jesús Chucho Garcia é Coordenador da Fundação Afroamérica e Rede AfroVenezuelana. Membro do diretório da Aliança Estratégia Afrolatinoamericana que agrupa mais de duzentas organizações afro do continente. Membro permanente da agencia de consulta sobre raça e pobreza na América Latina. Editor da revista Africamérica. Foi coordenador do Centro de Estudos Afroamericanos Miguel Acosta Saignes da Universidade Central de Venezuela (1988-1993).**

Resgatar memórias radicais afrodescendentes, semear presentes e cultivar futuros de Des/Colonialidade e Liberação.

Agustin Lao Montes

Começo afirmando o valor simbólico e a transcendência histórica do momento que vivemos. Se em 1992 se vitalizaram os movimentos indígenas e Afros com a consigna de 500 anos de resistência, em 2011 a 200 anos das independências que constituíram a pátria pequena (os países) e a pátria grande (a região), hoje com a refundação constitucional e simbólica de muitos dos estados como plurinacionais, multi-étnicos e interculturais, há uma necessidade imperativa de realizar uma reflexão profunda em favor de transformações radicais.

Vivemos uma era de Crise da Civilização Ocidental Capitalista que requer respostas contundentes e isso implica assumir claramente o rol protagonico que os Afrodescendentes tivemos nas lutas pela Des/Colonialidade e Libertação! Para isto é necessário calibrar a centralidade do racismo na história moderna e no mundo em que vivemos.

Racismo e Colonialidade do Poder.

Se entendemos os processos de globalização em sua larga duração de a redor de 500 anos, vemos que no Sistema-Mundo Moderno/Capitalista prima por um padrão que chamamos Colonialidade do Poder constituída por quatro regimes entrelaçados de Dominação: Capitalismo, Racismo, Imperialismo e Patriarcado.

Definimos o Racismo como um regime de Dominação que tem três dimensões: Racismo Estrutural, Racismo Institucional e Racismo Cotidiano.

O ***Racismo estrutural*** afeta os componentes principais da história moderna: desde a economia mundial capitalista e a sobre-exploração e marginalização econômica das massas trabalhadoras, camponesas e despossuídas racializadas negativamente (na América Latina majoritariamente Afrodescendentes e Indígenas); e a desvalorização de nossas memórias e saberes – por isso falamos de *Racismo Epistêmico*, até diversas formas de *Violência Racial* – desde a brutalidade da escravidão que foi um dos Holocaustos maiores da era moderna te situações como a atual na Colômbia onde há ao redor de 4 milhões de desabrigados e um sem número de mortes em uma guerra que afeta desproporcionalmente aos Afrodescendentes, ao que é importante somar a violência racial urbana que sobretudo sofrem jovens Afro através das Américas.

O ***Racismo Institucional*** que experienciamos e observamos em todas as instituições, desde o Estado onde consistentemente estamos sub-representados, o sistema

educativo onde se excluem nossa história a vez que nos exclui de participar como estudantes e professores; até as moradias, os serviços de saúde e os mercados de trabalho. E finalmente o ***Racismo*** como experiência ***cotidiana*** de discriminação e humilhação de diversas maneiras, desde olhares hostis e insultos, até não ser bem-vindos em lugares públicos e casas.

Esta condição persistente que o Marxismo Negro caracteriza como Capitalismo Racial implica uma continuidade na dominação étnico-racial e opressão econômica dos sujeitos da Africanía moderna tanto no continente Africano como na Diáspora Afrodescendente. A ideologia racista desde seu início no século XVI consideram os sujeitos Africanos e Afrodescendentes como não-humanos ou menos humanos. Em contraponto, a Política Afro tem sido uma espécie de Humanização que sempre implicou discursos próprios e profundos de Liberdade e Democracia e, portanto, tem sido uma força progressista na história da humanidade. A Política Afro sempre foi uma afirmação de vida contra os regimes de terror e morte que confrontamos desde o holocausto da escravidão até a pluralidade de formas de violência racial (econômica, ecológica, epistêmica, cultural, sexual e política) que deram forma e conteúdo ao racismo através de toda a história moderna.

Esta espécie de auto-afirmação de nossa humanidade e protagonismo (político, cultural e intelectual) sempre foram de caráter não só local senão diaspórico e global. Os Pan-Africanismo históricos surgiram e floresceram em 4 conjunturas histórico-mundiais onde os Afrodescendentes estivemos a frente das transformações históricas pela descolonialidade e libertação. Cada uma representou épocas de envergaduras histórico-mundial, momentos de crises e por isso de grande intensidade de lutas, de revoluções e mudanças profundas.

O primeiro foi o das revoltas de escravizados e a Quilombagem cujo cume foi a Revolução Haitiana, a maior revolução social de sua época que significou a Invenção da Des/colonialidade e da Negritude como identidade política e projeto de Libertação. Ali se assentou uma Dupla Estratégia Política Afro: por um lado a Quilombagem – é dizer criar formas e espaços próprios de libertação “casa adentro” (para usar o conceito do Afroequatoriano Juan Garcia); e por outro lado a estratégia de Democratizar a Democracia Ocidental, demonstrado no fato de que Haiti foi a única revolução da época onde se cumpriu verdadeiramente a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem e Cidadão de 1789. De aí em diante se assentou uma política afro como pilar nas políticas de des/colonialidade e libertação através de uma dupla estratégia: por um lado a quilombagem, a criação de espaços próprios de liberdade, expressão cultural e práticas comunitárias de solidariedade; e, por outro, os movimentos sociais, políticos e culturais e intelectuais que foram fundamentais para forjar democracia não apenas aos Afrodescendentes, porém para a humanidade em geral.

O segundo momento, nos anos 1920 e 1930, durante a grande depressão, revoluções na China, México e Rússia e grandes guerras ocidentais, floresceu outra Onda Global de Movimentos Afro. A chamada “questão negra” foi debatida nas Internacionais Comunistas onde brilharam figuras como o Caribenho CLR James advogando por uma combinação de organização própria Pan-Africana em conjunto com participação Afro

nos partidos e em alianças socialistas, nacionais e internacionais. Também foi o momento das lutas contra a intervenção imperialista ocidental na Etiópia, do movimento de Garvey que reuniu milhões de Afrodescendentes através do mundo, do movimento cultural e político da negritude que nasceu no mundo Francófono e do Renascimento do Harlem. Há pouco falava com o intelectual Afro-Cubano Fernando Martinez Heredia da necessidade de escrever e estudar a história dos Afro-Latino-Americanos e Afro-Caribenhos naquele momento chave dos movimentos políticos, culturais e intelectuais tanto na história da esquerda em geral como do mundo Afro em particular. Em geral, apesar das diferenças significativas, por exemplo, entre DuBois e Garvey, os Pan-Africanismos de princípios do século XX se opunham tanto ao Racismo como ao Imperialismo. Nem todos eram anticapitalistas e anti-patriarcais, porém o Pan-Africanismo radical foi também desde o princípio uma das fontes maiores das lutas por justiça social e eqüidade de gênero.

O terceiro momento, o dos anos 1960-70 foi quando começou a crise que vivemos hoje. Aqui se destacam duas grandes lutas anti-racistas, o movimento de libertação negra nos Estados Unidos e o movimento contra o *Apartheid* na África do Sul que lhe deram a liderança política contra o racismo e pela igualdade racial na maior onde de movimentos anti-sistêmicos que teve o mundo. Um bom exemplo é como nos Estados Unidos a consigna do "poder negro" chegou a traduzir-se em "poder feminista", "poder vermelho" (significando indígena) e "poder amarelo" (significando asiático). O movimento negro de libertação dos anos 1960-70 nos Estados Unidos elaborou uma política que vinculou o racismo com o capitalismo e o imperialismo que se expressou não apenas em organizações radicais como os Panteras Negras e a Liga dos Trabalhadores Negros Revolucionários, assim como, no último Martin Luther King que ligou a oposição a guerra do Vietnã e a luta contra o racismo com protestos a favor da democracia econômica. Fanon, quem foi uma das grandes figuras política e intelectuais de sua época defendeu com claridade a relação necessária entre lutar contra o racismo ao mesmo tempo que nos mobilizamos pela libertação nacional e o socialismo. No curto tempo desta apresentação não posso fazer um balanço mínimo de em que desembocou aquela onda de movimentos sociais, porém considero importante dizer que deve ser motivo de reflexão para nós como os êxitos relativos do movimento negro dos anos 60 e 70 nos Estados Unidos lograram criar uma classe média e uma classe política Afro ao mesmo tempo em que as maiorias das classes trabalhadoras e setores marginalizados seguem em severas condições de opressão e desigualdade, ainda que o racismo siga vivo e forte como mostram os movimentos de ultra-direita contra o Presidente Obama. Muitas pessoas, incluindo a Doudou Diene quem foi o encarregado oficial de dar seguimento a agenda de Durban, reconhecem que América Latina é a região do mundo onde os princípios e políticas contra o racismo que se aprovaram em Durban tiveram maior influência tanto aos movimentos como para os governos.

A insurgência de movimentos de Afro junto com a emergência de política de eqüidade racial através da região cuja expressão mais avançada é o Ministério da Igualdade Racial no Brasil, criaram o que denomino como um campo político Afrodescendente em América Latina que entrelaça - de formas complexas e muitas vezes contraditórias – movimentos com estados e instituições transnacionais de tipo diverso desde ONGs

como “Global Rights” até instituições do capital transnacional como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do estado imperial como *U.A. Agency for Internacional Development* (USAID). Uma maneira de deslindar diferenças na política Afroamericana Norte-Sul é descrevê-la como um campo de contendas entre diferentes projetos de solidariedade e poder Afroamericano onde competem um ***Pan-Africanismo Conservador*** que pode servir de ponta de lança aos piores projetos de poder imperial (o que Chucho Garcia cataloga como Afrodireita); um ***Pan-Africanismo Neoliberal*** que advoga por projetos como Tratados de Livre Comércio (TLC) e o Plano Colômbia acompanhados com fundos e programas para os Afro em contraste com um Pan Africanismo Radical que pode trabalhar em favor do surgimento de um projeto de des/colonialidade e libertação.

Aqui não podemos apresentar com claridade mínima o espectro de atores, ideologias e perspectivas políticas em jogo, porém há par de assuntos desta índole que são absolutamente pertinentes a nossa apresentação. Algo importante a dizer é que é necessário fazer um balanço dos êxitos e deficiências das políticas étnico-raciais, as quais é importante reconhecer que ainda são marginais e que operam em um contexto de capitalismo neoliberal que gera cada vez mais opressão e desigualdade para as maiorias Afrodescendentes. Em outras palavras, se não há mudanças de fundo nas estruturas de poder político e econômico, a eficácia das políticas serão muito limitadas e isto traz de entrada o tema da relação entre lutar contra o racismo e contra o capitalismo, o imperialismo e o patriarcado, o tema da política de des/colonialidade e libertação. Por isso, a agenda de Durban é sumamente necessária a sua vez que não é suficiente porque a luta contra o racismo tem que se articular com as lutas contra outras formas de opressão com as quais está entrelaçada. Dita perspectiva política tem que recuperar a melhor tradição dos movimentos emancipadores de África e da Diáspora Africana. Isto nos leva ao tema da relação entre o chamado Socialismo do Século XXI, o racismo e a questão étnico-racial.

A tradição radical Afro resplandece por sua ausência ou aparece apenas de maneira marginal nos discursos tanto políticos como intelectuais do Socialismo do Século XXI. Portanto, uma das tarefas urgentes no que Boaventura de Souza Santos chama de “reinvenção da emancipação” é recuperar a memória do Pan-Africanismo radical e colocar as lutas contra o racismo e particularmente contra o racismo anti-negro no centro do que chamamos de nova política de des/colonialidade e libertação. É imperativo combater a amnésia coletiva sobre a tradição racial Afro ou Pan-Africanismo revolucionário em suas vertentes políticas, intelectuais, culturais. Como bem dizia Francisco Martinez Heredia em uma conferência em Cuba, “Se não se combate o racismo não pode haver socialismo do século XXI” ao que somamos que sem a importância protagônica dos movimentos negros na construção histórica da democracia substantiva e da justiça social, seguimos sumidos na negação construída pelo racismo anti-negro ainda que tenhamos as melhores intenções.

Nós, como comunidade Afroprogressista, temos a maior responsabilidade de por em relevo esta tradição enquanto nós nos colocamos na vanguarda dos espaços e terrenos de luta mais importantes desta época, como são os processos do Fórum Social, processo de integração regional como a ALBA [Aliança Bolivariana das Américas], as

cúpulas ecológicas e pela soberania alimentar e a Marcha Mundial de Mulheres. Dois assuntos fundamentais para nós são as gestões para desenvolver relações de solidariedade e amizade com os povos do continente Africano e a reconstrução do Haiti com base nos princípios e práticas da irmandade Afro-diaspórica e a diplomacia dos povos.

Na arena da luta contra o racismo, entendida como prática política de libertação, uma das tarefas cruciais é construir relações estratégicas entre o movimento Afro e o movimento Indígena. Para isso é necessário tanto reconhecer as condições comuns de opressão racial, social e cultural, como respeitar as diferenças e valorar os aportes de cada coletividade histórica. Tocando este tambor na chave Afrodescendente, dizemos que se bem é positivo esgrimir posturas contra o capitalismo neoliberal em favor de formas de vida material e espiritual Indígena que se traduzem como *Suma Kawsi* ou "bem viver", também é necessário afirmar imaginários, linguagens e práticas análogas em África e Afroamérica. Isto implica utilizar e disseminar nossos próprios conceitos como *Ubuntu* que seria um equivalente ao "bem viver" em linguagem sul-africana, ou Uramba que significa o comunitarismo igualitário da grande comarca Afro-Pacífica que abarca Panamá, Colômbia e Equador.

Encerro esta apresentação fazendo um convite a discutir duas interrogações chaves: a primeira é quais são os desafios e perspectivas que temos os Afrodescendentes na situação atual de crise da civilização ocidental capitalista; a segunda é, em vista desta disjuntiva, que queremos e que podemos conquistar da declaração das Nações Unidas de 2011 como o ano internacional dos Afro-descendentes. Faço o convite enumerando três dos desafios principais que entendo temos para avançar simultaneamente nas lutas contra o racismo e a favor de uma ordem social mais justa e igualitária, são estas:

1) Como superar a brecha entre a mudança legislativa (inclusive constitucional) e alcançar transformações nas configurações de poder social com o fim de combater os múltiplos modos de opressão (de classe, raça, gênero, sexualidade) e do dano e destruição (ecologia, guerra, de saúde física e mental etc) que se aprofunda com a crise da civilização ocidental capitalista em sua fase neoliberal. Isto também supõe definir e executar estratégias de como conjugar o reconhecimento cultural e étnico-racial com a redistribuição do poder e riqueza na sociedade.

2) O segundo desafio que vou levantar aqui é como vincular a política prática (ou política do possível) com uma visão transformadora que nos dê um horizonte de futuro. Como já sugerimos, as melhores tradições do Pan-africanismo radical sempre combinaram o pragmatismo do poder com uma visão utópica de libertação não apenas para o mundo Afro porém para a humanidade em geral, um projeto de nova humanidade que sempre esteve no coração da política Afroprogressista. Isto implica sabedoria no desenho e implementação de política a curto, médio e largo prazo, o que supõe saber distinguir entre reformas neoliberais que reproduzem o status quo e reformas radicais que busquem desafiar e derrubar a ordem imperante da colonialidade do poder.

3) O terceiro objetivo é desenvolver uma política de alianças e coalizões que permita acionar os múltiplos nós de opressão com diversos laços de libertação, o combater as

cadeias da colonialidade com os fios da solidariedade para tecer “todas nossas lutas” como diz uma consigna dos movimentos sociais venezuelanos. Isto implica ver as reivindicações étnico-raciais em relação à diversidade de formas de injustiça: sexual, ecológica, de gênero, cultural, ética, epistêmica – que se correspondem às diversas dimensões da crise da civilização ocidental capitalista.

A pergunta do que queremos e o que podemos conquista com o 2011 obviamente nos convoca a todas e todos neste encontro. É claramente uma oportunidade para visibilizar e celebrar nossas memórias, histórias, culturas e subjetividades, como também para nos organizar e mobilizar contra o racismo, a favor da eqüidade racial e, de maneira mais geral em favor do projeto de des/colonialidade e libertação que é fundamental tanto para nós como para a região e a humanidade em sua plenitude.

Neste sentido, esta também há de ser a ocasião para o debate, o que implica demarcar diferenças e afirmar com certeza a política Afroprogressista na melhor tradição do Pan-Africanismo radical que supõe uma visão crítica tanto “casa adentro” como “casa afora”. Sugiro que devemos valorar as possibilidade que abrem gestos simbólicos oficiais como a declaração do 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, ao passo que não podemos esquecer das vias de mudança sustentadas por iniciativa das instituições do *establishment* internacional.

Para isso suponho uma dupla estratégia, desde dentro e desde fora de instituições estatais e multilaterais para, por um lado, abrir espaços dentro delas e por outro lado fortalecer o nível de organização, autonomia e empoderamento dos movimentos e suas redes a nível local, nacional e regional. Em termos institucionais, o 2011 deve ser um passo em diante aos objetivos de estabelecer primeiro uma década, e, em seguida, um fórum permanente de afrodescendentes nas Nações Unidas. Obviamente, estes são objetivos institucionais chaves que serão vitórias importantes para empunhar e realizar a agenda de Durban contra o racismo e mais além dela.

Desde a perspectiva dos movimentos e de nossas comunidades de base, poderia ser um momento chave para a educação política, a conscientização, a mobilização própria e o desenvolvimento de alianças e coalizões para nos instalarmos solidamente nesta nova onda de transformações históricas que faz da América Latina a região mais dinâmica e promissora do planeta. Isto significa cultivar nossas melhores tradições libertárias que se expressam em todo o tecido cultural nossos desde os “saberes cantados” (como diz o intelectual Afrocolombiano Santiago Arboleda) expresso nos lamentos e nos Blues, como também na “resistência rasta” de Bob Marley e o Hip-Hop politizado que se converteu em um movimento político Afrojuvenil em escala global.

Dentro de nossas práticas des/coloniais e libertárias é fundamental destacar o Afrofeminismo, uma larga tradição que se remontarmos ao século XIX recordaremos a eloqüência de Sojouner Truth que perguntava ironicamente ao movimento feminista branco dos Estados Unidos “Não sou uma mulher?”, se manifestou com particular eficácia política na liderança do feminismo Afro-Latinoamericano em colocar a relação do racismo e do sexismo a frente da Conferência Mundial das Mulheres de 1992, em Beijing, e cuja força em nossa região se revelou recentemente com grande vigor no impacto público da recente visita de Ângela Davis à Colômbia. Também é sumamente

importante recordar e ressaltar a memória radical do continente Africano manifesto nos legados de figuras políticas como Amílcar Cabral, Patrício Lumumba, Kwame Kruma e o projeto de Ujama ou Socialismo Africano que articulou Julius Nyerere na Tanzânia do qual temos que aprender suas lições tanto positivas como negativas.

Para esta espécie de revitalização e visibilização de nossa liderança nos projetos de emancipação é importante organizar eventos grandes e visíveis como o Fórum Social Afrodescendente que há planos de realizar no Brasil em 2011. Como sabiamente dizia CLR James, as lutas e projetos de libertação da África e os Afrodescendentes sempre foram os eixos centrais da mudança revolucionária no mundo inteiro e 2011 deve ser ocasião de revitalizar o nosso papel de liderança.

Muito Obrigado e Muito Ashé!!!

Palestra apresentada no Painel "O desenvolvimento do Socialismo na América Latina e o Movimento Afro" no Encontro Internacional Pela Consolidação do Ano Internacional dos Afrodescendentes – 2011. Celebrado em Quito, Equador, em 03 e 04 de dezembro de 2010, organizado pela Secretaria dos Povos, Movimentos Sociais e Participação Cidadã.

**Augustin Lao Montes é PhD em Sociologia pela Universidade de Nova Iorque e Binghamton. Seu campo de estudos inclui: história mundial da sociologia e da globalização, sociologia política (especialmente os movimentos sociais e a sociologia do estado e do nacionalismo), identidades sociais e desigualdades sociais, sociologia da raça e etnia, sociologia urbana, Diáspora Africana e Estudos Latinos, sociologia da cultura e estudos culturais, teoria contemporânea e crítica pós-colonial.*

A Afrodireita: um fenômeno deplorável (trecho).

Por José Eulícer Mosquera Rentería.

Desde minha apreciação, a Afrodireita é herdeira daqueles "negros/as serviçais" que durante a colônia, em troca de míseras recompensas, desempenharam o papel de "sapos", e que além de manter-se de joelhos rendendo fidelidade a seu escravizador, eram utilizados por estes como carrascos de suas próprias comunidades e como informantes em relação aos propósitos redentores dos africanos e seus descedentes que com dignidade lutavam contra a abominável instituição da escravidão e contra o colonialismo.

Sem embargo, nunca perderam sua condição de escravos e escravas. Recordemos que no que hoje é o Brasil, o quilombola Zumbi, da República de Palmares e suas comunidades depois de quase um século de existência foram derrotados pela traição de um de seus irmãos, e que no que hoje é Colômbia também o grande Benkos Biohó teve que enfrentar a traição de alguns dos próprios, além das que tiveram que enfrentar os líderes haitianos Toussaint L´Overture e Jean Jacques Dessalines.

O anterior indica a necessidade de delimitar os campos, entre quem estamos pelas mudanças estruturais que redimam de uma vez por todas os nossos povos e quem são os companheiros ou agentes dos opressores, do contrário, as necessárias transformações se vão adiar indefinidademente, e nossos povos, hoje sob o neoliberalismo, continuaram submetidos a mais extrema marginalidade social, ao racismo, as discriminações e às piores humilhações, porque além disso, outro indecoroso papel atribuído as oligarquias e os imperialismo à afrodireita é induzir a nossos povos e comunidades à resignação, ao conformismo e a aceitar a opressão como algo normal e natural. Daí a pertinência do debate que propuseram nossos irmãos afrovenezuelanos.

Em geral a Afrodireita lideram pessoas de classes médias, profissionais e negociantes, de mentalidade pequeno-burguesa e arrivista que, portanto, podem estar com os de cima ou com os de baixo de acordo com as circunstância, ainda que sua aspiração histórica é converter-se em classe dominante. Por isso, o Movimento Social Afrocolombiano de Perspectiva Revolucionária deve melhorar seu trabalho de fortalecimento da consciência e organização com as bases populares, especialmente com as massas trabalhadoras e camponesas afros, convertendo-las em protagonistas de seu destino, que serão as que garantiram o rumo correto da luta e a depuração permanente de suas fileiras.

Precisamente, faz uns anos publiquei meu texto "Os Grandes Objetivos Que Devem Resolver o Povo Afrocolombiano", com o propósito de provocar este debate e que através do nosso movimento social avançara até a construção de uma proposta ideoteórica que o oriente até sua redenção histórica. Sem embargo, meu propósito não teve o impacto esperado entre aqueles que se hão considerado dirigentes ou

líderes do Movimento Social Afrocolombiano, e muito menos entre aqueles que ocupam as posições burocráticas logradas através da Ley 70 de 1.993, ou Lei de Comunidades Negras, quiçá pelo autodesprezo e a subestimação que cimentaram entre nós o colonialismo e o neocolonialismo eurocêntricos, ou porque estas personalidade em sua maioria estão distraídas no consumismo induzido pelo capitalismo desenvolvimentista e neoliberal, para o qual tomaram o tema da reivindicação da afrocolombidade como "curinga" ou como "cavalgadura" para acender a contratações e a posições burocráticas bem remuneradas.

Como digo em meu texto ao qual fiz referência, estou convencido que não se pode chegar a uma explicação clara da problemática histórica dos povos africanos e da diáspora, se as análises não são enfocadas desde a luta de classes e da natureza dos sistemas socioeconômicos imperantes. E como afirma nosso brilhantíssimo historiador e investigador social cubano, Manuel Moreno Fraginals, em seu livro "A História Como Arma": "Toda análise da africanidade na América Latina, fora do contexto da luta de classes, é uma divagação no vazio. Nada pode fazer-se se s esquece que o negro africano veio como produtor de mais-valia, e seus descendentes continuaram na mesma função."

Da mesma forma, comparto o afirmado por nosso grande professor Manuel Zapata Olivella em seu livro "As Chaves Mágicas da América", de que para entender a história da América temos que analisá-la desde as confrontações classistas, as simbioses étnico-culturais e as racializações colonialistas.

Porém também compartilho o afirmado por alguns líderes afroestadounidenses, como Henry Wiston e Earl Ofari, de que pretender a redenção dos povos africanos e da diáspora africana sob o capitalismo, é um mito ou uma vã ilusão, pela natureza desse sistema e porque desde a Conferência de Berlim de 1885 as potências capitalistas ocidentais concertaram manter os povos indefinidamente submetidos ao colonialismo, hoje neocolonialismo, e a marginalidade extrema, com o objetivo de baratear o custo da mão de obra a nível mundial e de tê-los em estado de máxima vulnerabilidade para dispor de seus territórios ancestrais quando os projetos de expansão de suas indústrias e negócios o requeiram.

Além disso, não vale a pena luta pela conquista do poder para entregá-lo novamente aos capitalistas para que continuem devorando aos nossos povos. Como disse Karl Marx, depois do ocorrido na Comuna de Paris, os trabalhadores não continuaram sendo os mesmos ingênuos, de conquistar o poder para logo devolvê-lo aos seus opressores e assim se apresentem com novas roupagens. Daí que, se é o sistema capitalista quem está atolado na marginalidade, na pobreza absoluta, no racismo e nas discriminações aos nossos povos, sistema que também com sua prolongada crise que vem desde os anos de 1970 demonstram seu esgotamento definitivo, a estes não lhes resta outro caminho que assumir a via do socialismo, como o sistema socioeconômico que por ser de natureza alheia à exploração do homem pelo homem, a opressão e ao colonialismo, e que tem por objetivo máximo satisfazer as necessidades sociais fundamentais, dentro de um ambiente social caracterizado pela solidariedade e o mais elevado humanismo, não dá cabida a racismos, nem discriminações.

Daí que os movimentos sociais e políticos dos povos africanos e da diáspora o mais razoável é eu se articulem entre si, e que quando se unam, se articulem e/ou compartam com as demais forças democráticas e progressista que lutam por justiças e por transformações estruturais progressistas, e encaminhados em direção ao socialismo, porém com identidade própria e sem abandonar seus processos identitários, porque além da questão de classe, somos cultura e história, componentes identitários que dão conta de nossa essência humana.

Neste sentido os processos que se desenvolvem em Cuba, Bolívia e Venezuela se convertem nas experiências mais pertinentes, exemplos a seguir e em suportes às lutas dos demais povos e, por fim, merecem nosso respaldo total.

Quando falo da reconstrução de nossa história e identidade, de nenhuma maneira aceito a pretensão oligárquico-colonialista de que estas se iniciam na colônia, nem muito menos os ridículos filmes carregados de estereótipos negativos sobre a africanía que tradicionalmente difundem as versões oficiais da história, já que em realidade procedemos dos povos mais milenares do mundo, e que deixaram suficientemente demonstrado nos sérios trabalhos investigativos histórico-antropológicos de insignes personalidades estudiosas da africanía e das ciências sociais, como Artur Ramos, Armando Fortune, Clóvis Moura, Melville Herkovitz, Isabel Aretz, Manuel Zapata Olivella, Nina Sánchez de Friedman, Jaime Arocha e Manuel Moreno Fraginals, entre outros, que nossos avôs e avós seqüestrados e escravizados pelos colonialistas ocidentais, trouxeram suas culturas milenares a estes novos contextos sócio-ambientais e históricos, onde as recriaram em meio a dificuldades que nenhum outro grupo humano viveu.

Neste sentido e dentro deste processo de reconstrução, o primeiro passo a dar é assumir com orgulho nossa herança ancestral africana, condição inevitável para ser povos e pessoas com alta autoestima e conscientes dos direitos históricos, constitucionais e legais por reclamar e defender seu lugar.

Desta maneira, então, é inaceitável que se promova a vergonha de nossas origens e o ódio aos povos africanos, sob a falsa afirmação de que foram eles quem nos venderam, com o qual de passagem se limpa de culpas aos colonialistas e neocolonialistas, convertendo as vítimas em vitimizadores. Pois se bem os colonialistas conseguiram corromper algumas famílias africanas levando-as à comercialização de seus filhos e filhas, quem idealizou e impôs o tráfico negreiro foram eles, é claro, contando com a aliança estratégica com alguns governantes africanos, sem a qual seguramente não haveria sido possível este abominável negócio. Como diz o ditado popular: “Não há nada que corrompa mais que o ouro e a prata.” E aqui aflora novamente a questão de classe, já que não podemos confundir a conduta depravada de alguns membros das classes dominantes africanas, com os povos africanos, como tampouco podemos confundir a classe burguesa, imperialista e colonialista européia, com os povos europeus ou a classe imperialista estadunidense, com o povo estadunidense, que também são vítimas da exploração e da opressão dessas mesmas classes dominante, assim no seio destes povos existem pessoas de mentalidades racistas, discriminadoras e pró-colonialistas, como produto da influência ideológica

imperialista, gerada basicamente a partir do aparato educacional e dos grandes meios de desinformação imperialistas.

Nestes povos o que podemos encontrar é todo um canteiro de solidariedade e de humanismo, como ficou demonstrado nas marchas que realizaram Luther King e Malcom X, onde sempre marchava um alto número de pessoas de outras etnias, culturas e nacionalidades. Igual ao ocorrido na França nos protestos dos imigrantes africanos e asiáticos e na Espanha com africanos e asiáticos que migram clandestinamente e sem documento, que chegam extenuados as suas costas, e que em meio à perseguição policial não deixam de aparecer nacionais espanhóis que os protegem e lhes facilita alguma ajuda. Da mesma maneira, não podemos esquecer as ajudas proporcionadas pelo extinto campo socialista aos processos de transformações revolucionárias da África, Ásia y América.

Hoje quando entramos no Ano dos Povos Afrodescendentes, decretado pela Organização das Nações Unidas, e que a afrodireita internacional está entusiasmado, pretendendo monopolizar os eventos e recursos destinados a atenção das problemáticas de nossos povos para continuar engrossando suas contas bancárias pessoais e, ao mesmo tempo, continuam com seu indecoroso papel de mercenários, de diversionistas ideológicos, fomentadores do conformismo e a abjeção, para que tudo siga igual. Os e as afrodescendentes que realmente dedicamos nossas vidas à luta por uma vida decente para nossos povos e comunidades, onde se superem a marginalidade social, o racismo e as discriminações, estamos no dever de integrarmos e de articular nosso trabalho, no interesse do sucesso. E nestes propósitos não duvido que podemos contar com o apoio dos governos de Hugo Chávez e de Evo Morales, na medida que façamos a coisa bem e com a maior seriedade possível.

Daí a necessidade de inicialmente uma equipe de trabalho com os irmãos afro-venezuelana, a fim de organizar uma primeira reunião, onde deve sair uma agenda de trabalho para as demandas sociais, econômicas e estatuto político dos Africano-americanos e os povos Africano. Acredito que na Colômbia deve ser imediatamente integrada em uma comissão sob a liderança do PCN e o grupo Quilombola para iniciar contatos no interesse deste grande objectivo[...]

Azabache, enero 2011.

***José Eulícer Mosquera Rentería é militante do movimento afrocolombiano.**

Discurso sobre o colonialismo.

Aime Cesaire*

Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita seu funcionamento é uma civilização decadente. Uma civilização que escolhe fechar os olhos ante seus problemas mais cruciais é uma civilização ferida. Uma civilização que faz escárnio a seus princípios é uma civilização moribunda. O fato é que a civilização chamada "européia", a civilização "ocidental", tal como tem sido modelada por dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dos principais problemas que sua existência tem originado: o problema do proletariado e o problema colonial.

Esta Europa, citada ante o tribunal da "razão" e ante o tribunal da "consciência", não pode justificar-se; e se refugia cada vez mais em uma hipocrisia ainda mais odiosa porque tem cada vez menos probabilidade de enganar. A Europa é indefensável. Para que esta é a constatação que se confia em voz baixa os estrategistas estadunidenses. Isto em si não é grave. O grave é que a "Europa" é moral e espiritualmente indefensável. E hoje resulta que não apenas as massas européias quem incriminam, senão que a ata de acusação é, no plano mundial, levantada por dezenas e dezenas de milhões de homens que desde o fundo da escravidão se erigem como juízes. Se pode matar na Indochina, torturar em Madagascar, encarcerar na África negra, causar estragos nas Antilhas. Os colonizados sabem que, a seguir, possuem uma vantagem sobre os colonialistas. Sabem que seus "amos" provisórios mentem. E, portanto, que seus amos são débeis. E como hoje se me pede que fale da colonização e da civilização, vamos ao fundo da mentira principal a partir da qual proliferam todas as demais. Colonização e civilização? A maldição mais comum neste assunto é ser a vítima da boa fé de uma hipocrisia coletiva, hábil em defender mal os problemas para legitimar melhor as odiosas soluções que se oferecem. Isso significa que o essencial aqui é ver claro e pensar claro, entender atrevidamente, responder claro a inocente pergunta inicial: que é, em seu princípio, a colonização? Reconhecer que esta não é evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tiraria; nem expansão de Deus, nem extensão do Direito; admitir de uma vez por todas, sem vontade de chorar pelas conseqüências, que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do grande mercador e o do proprietário, o do buscador de ouro e o do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada desde trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a competição de suas economias antagônica a escala mundial. Continuando com minha análise, constato que a hipocrisia é recente; que nem Cortez ao descobrir o México desde o alto do grande *teocali*, nem Pizarro diante de Cuzco (menos todavia Marco Polo frente a Cambaluc) se reclamaram os precursores de uma ordem superior; que eles matam, saqueiam; que tem cascos, lanças, ganância; que os caluniadores chegaram mais tarde; que a grande responsável neste âmbito é o pedantismo cristão

por haver defendido equações desonestas: *cristianismo=civilização*; *paganismo=selvageria*, das quais apenas podiam resultar conseqüências colonialistas e racistas abomináveis, cujas vítimas deviam ser os índios, os amarelos, os negros. Resolvido isto, admito que está bem por em contato civilizações diferentes entre si; que unir mundos diferentes é excelente; que uma civilização, qualquer que seja seu gênio íntimo, se desvanece sobre ela mesma; que o intercâmbio é o oxigênio e que a grande sorte da Europa é ter sido um cruzamento de caminhos; e que haver sido o lugar geométrico de todas as ideias, o receptáculo de todas as filosofias, o lugar de acolhida de todos os sentimentos, fez dela o melhor redistribuidor de energia. Porém então formulo a seguinte pergunta: há posto em contato verdadeiramente a colonização européia?; ou se preferir: de entre todas as formas para estabelecer contato, era esta a melhor? Eu respondo: não. E digo que a distância da colonização a civilização é infinita, que todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedias, não se poderia resgatar um só valor humano[...]

*** Aimé Césaire (Basse-Pointe, Martinica, 26 de junho de 1913; Fort-de-France, 17 de abril de 2008) foi um poeta, dramaturgo, ensaísta e político da negritude. Aimé Césaire foi, juntamente ao Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, o ideólogo do conceito de negritude, sendo a sua obra marcada pela defesa de suas raízes africanas. Filho de um pequeno funcionário e uma costureira, tendo sido um estudante brilhante na Martinica, departamento ultramarino insular francês no Caribe, Césaire conquistou uma bolsa de estudos no Liceu *Louis Le Grand*, em Paris. Estudante em Paris, junto a outros estudantes, entre ele Léopold Sédar Senghor, funda o jornal *L'Étudiant noir* (O Estudante negro), no ano de 1934. Nas páginas deste jornal aparece pela primeira vez o conceito de "negritude", formulando dentro da própria França uma crítica à opressão cultural do sistema colonial francês. Já tendo iniciado a produção da sua obra *Cahier d'un Retour au Pays Natal*, casa-se em 1937 e regressa à Martinica em 1939, onde leciona na área de Letras, na qual se formou. Na Martinica funda a revista *Tropiques*, com um projeto de reapropriação do patrimônio cultural martiniquês. Tendo o poeta surrealista Andre Breton passado pela Martinica durante a II Grande Guerra, fica fascinado com a poesia de Cesaire e prefacia o livro "Les Armes Miraculeuses" (As Armas Miraculosas) de 1941. Unido agora ao Surrealismo, Césaire viaja ao Haiti como adido cultural, e sua estada lá passará a marcar sua obra, inspirando-se no único país que conquistou a sua independência através de uma revolução feita por escravos negros. Retornando à Martinica, embora o centro de sua vida fosse, então, a vida literária, foi pressionado pelas lideranças comunistas, que viam nele um símbolo. A partir daí, foi presidente da câmara (prefeito) de Fort-de-France e deputado, entre 1945 e 2001 e fundador de um partido chamado "progressista", decidido a instaurar a autonomia e um socialismo independente na Martinica, contrário ao comunismo tendente ao colonialismo de Stálin. Em 1946, o político Césaire seria o relator da lei que elevava à categoria de Departamentos Franceses várias das suas colônias ultramarinas. Em 1950, funda, em Paris, a revista *Presence Africaine* (Presença Africana) onde publica "Discurso sobre o colonialismo", tecendo uma dura crítica ao colonialismo e ao racismo europeu, comparando-os ao nazismo, e conclamando os intelectuais europeus a se manifestarem sobre o assunto.**

Indicação de Livros e Filmes

Livros	Filmes e documentários
1. ***Manifesto Comunista***, *Karl Marx e F. Engels.* 2. ***Imperialismo: fase superior do capitalismo***, *V. Lenin.* 3. ***Sobre a prática e a contradição***, *Mao Tse Tung.* 4. ***Como a Europa subdesenvolveu a África***. *Walter Rodney.- Lisboa : Seara Nova, 1975.* 5. ***Escrevo o que Eu Quero.*** *Steve Biko. Editora Ática, 1990.* 6. ***Para quando África?*** *Joseph Ki-Zerbo, 2006, Ed. Pallas.* 7. ***O Advogado dos Escravos – Luiz Gama.*** *Nelson Camara, Lettera.doc Editora, 2010.* 8. ***Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas***. *Clóvis Moura, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (1a edição: 1959)* 9. ***Visões da liberdade***. *Sidney Chalhoub. São Paulo: Cia das Letras, 1990.* 10. ***Palmares***. *Flávio Gomes, São Paulo, Ed. Contexto, 2005.* 11. ***Negros e Política.*** *Flávio Gomes, Ed. Jorge Zahar, 2005.* 12. ***Orfeu de Carapinha: A trajetória de Luiz Gama***... *Elciene Azevedo, Campinas, Ed. da Unicamp, 1999* 13. ***Manuel Querino entre Letras e Lutas...***. *Maria das Graças Leal, Ed. UNEB, 2010.* 14. ***Quarto de despejo***. *Maria Carolina de Jesus, Ed. Atica, 1998.* 15. ***O poeta do povo, Solano Trindade***. *Ediouro.* 16. ***O significado do protesto negro.*** *Florestan Fernandes, São Paulo, Cortez, 1989* 17. ***O que é revolução?*** *Florestan Fernandes, Col. Primeiros Passos, 1981.* 18. ***O Genocídio do Negro Brasileiro.*** *Abdias do Nascimento, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.* 19. ***Lugar de Negro.*** *Lélia Gonzalez; Carlos Hasenbalg, Ed. Marco Zero, 1982.* 20. ***Por um feminismo afrolatinoamericano.*** *LéliaGonzalez,* *http://herstoriapreta.blogspot.com/2009/06/por-um-feminismo-afro-latino-americano.html*	1. *A Autobiografia de Miss Jane Pittman, EUA, 120´ 1974.* 2. *A cor púrpura, EUA, 154´, 1985, Dir. Steve Spilberg.* 3. *A descoberta da Amazônia pelos turcos encantados, Brasil, 55´, Dir. Luiz Arnaldo Campos.* 4. *A negação do Brasil, Brasil, 91´, 2000. Dir. Joelzito Araújo.* 5. *Abolição, Brasil, 150´, 1988. Dir. Zózimo Bubul.* 6. *Amistad, EUA, 152´, 1997. Dir. Steve Spilberg.* 7. *Bendito Fruto, Brasil, 2005, 90´, Sérgio Goldenberg.* 8. *Cinderelas, lobos e um príncipe encantado, Brasil, 2008, 107´54´´, Joelzito Araújo.* 9. *Faça a Coisa Certa, EUA, 120´, 1989, Dir. Spike Lee.* 10. *Madame Satã, Brasil/França, 2002, 105´, Dir. Karim Aïnouz.* 11. *Malcolm X, EUA, 1992, 202´, Dir. Spike Lee.* 12. *Mississipi em Chamas, EUA, 1988, 128´ Dir. Alan Paker.* 13. *O assalto ao trem pagador, Brasil, 102´, 1962, Dir. Roberto Farias.* 14. *Ori, Brasil, 1989,91´, Dir. Raquel Gerber.* 15. *Quanto Vale Ou é Por Quilo?, Brasil, 2005, 104´, Dir. Sérgio Biachi.* 16. *Queimada, Itália, 1969, 112´, Dir. Gillo Pontecorvo.* 17. *Quilombo, Brasil/França, 1984, 119min, Dir. Cacá Diegues.* 18. *Sarafina, O Som da Liberdade, EUA, 96´, 1993, Dir. Daniel Roodt.* 19. *Todos a bordo, EUA, 122´, 1996, Dir. Spike Lee.* 20. *Um grito de liberdade, Inglaterra, 1987, 157´, Dir. Richard Attenborough.* 21. *Vista a minha pele, Brasil, 2001, 24´, Dir. Joelzito Araújo* 22. *Panteras Negras, EUA, 2005, 123´, Dir. Mario Van Peebles.*

COORDENAÇÃO NACIONAL DO CÍRCULO PALMARINO

COORDENADOR GERAL NACIONAL: GILBERTO CAMPOS (ES)

COORDENADOR NACIONAL DE FINANÇAS: JUNINHO (SP)

COORDENADOR NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA: FÁBIO NOGUEIRA (BA)

COORDENADOR NACIONAL DE COMUNICAÇÃO: MAYCON NASCIMENTO (SP)

COORDENADOR NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO: EDSON BOMFIM

COORDENADORA NACIONAL DE MULHERES NEGRAS: CAROLINE (BA)

COORDENADOR NACIONAL SINDICAL: HAMILTON ASSIS (BA)

COORDENADOR NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA: LULA (ES)

COORDENADORA NACIONAL DE MOVIMENTOS POPULARES: REGININHA (PA)

SEDE NACIONAL DO CÍRCULO PALMARINO

Rua Campos Sales, 43 – Jardim Presidente Kennedy – Próximo a Escola Municipal Paulo Freire

Telefone: (11) 4782-2869

Correio eletrônico: circulopalmarino@yahoo.com.br

www.circulopalmarino.org.br